

**EDcl na EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 6.864 - DF
(2007/0254553-0)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DA TERCEIRA SEÇÃO
EMBARGANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
EMBARGADO : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS AUDITORES
FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
ADVOGADO : MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO E
OUTRO(S) - DF016362
INTERES. : MAGALY SOUZA CARVALHO HAMADE
INTERES. : MAGDA LUZIA MARQUES
INTERES. : MARA RUBIA FIGUEIREDO CRUZ
INTERES. : MARCELO ALVES FERNANDES
INTERES. : MARCELO BARRETO PEIXOTO
INTERES. : MARCIA DE CASTRO DUARTE
INTERES. : MARCIA MARIA DE SOUZA
INTERES. : MARCIO ANTONIO PINTO
INTERES. : MARCIO AUGUSTO SANT ANA
INTERES. : MARCIO FERNANDO PINTO
INTERES. : MARCO ANTONIO CARVALHO SILVA
INTERES. : MARCO ANTONIO COSTA ROSA
INTERES. : MARCO TULIO SEIXLACK
INTERES. : MARCOS BARBONAGLIA DA SILVA
INTERES. : MARCOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
INTERES. : MARCOS TADEU RODRIGUES VIEIRA
INTERES. : MARGOT ANDRADE SILVA DE ALVARENGA
INTERES. : MARIA ANGELA DA CRUZ LEITE ALMEIDA
INTERES. : MARIA ANGELICA DINIZ DE OLIVEIRA
INTERES. : MARIA APARECIDA CANDIDA BARBOSA SAPORI
INTERES. : MARIA APARECIDA GOULART VILELA
INTERES. : MARIA AUREA DE CASTRO COELHO
INTERES. : MARIA AUREA DO NASCIMENTO
INTERES. : MARIA AUXILIADORA ALVES FERREIRA
INTERES. : MARIA BERNADETE MIRANDA MEIRA

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração (fls. 239-241) opostos pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL contra a decisão que homologou o pedido de desistência parcial formulado pelo substituído MARCOS BARBONAGLIA DA SILVA, apenas no tocante ao período de janeiro/2000 a dezembro/2001, extinguindo a presente execução, bem como os respectivos embargos conexos, tudo exclusivamente em relação a esse interessado e ao período relacionado.

Na hipótese, a autarquia federal embargante aponta erro material na

parte em que o *decisum*, ao arbitrar o valor devido a título de custas, despesas e verba honorária sucumbencial, "registrou R\$ 250,00 e depois fez constar 'quinhentos reais'".

Requer sejam acolhidos os embargos.

Intimada para eventual manifestação, a Associação embargada pugnou pela rejeição dos embargos.

É o relatório. Passo a decidir.

De fato, há o mencionado erro material, porquanto a decisão embargada, apesar de consignar, para as custas, despesas processuais e honorários sucumbenciais, o valor por extenso de quinhentos reais, fez menção, antes, a "R\$ 250,00".

Nesse sentido, com fundamento no art. 85, § 8º, do CPC, **o valor arbitrado em desfavor de cada desistente deve ser de R\$ 500,00 (quinhentos reais)**, em isonomia com outras homologações de desistência em execuções oriundas do mesmo *writ*.

Diante do exposto, **acolho** os embargos de declaração para sanar o erro material referente aos ônus sucumbenciais, nos termos da fundamentação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Presidente da Seção